

## A Indivisibilidade da Paisagem

## The Indivisibility of the Landscape

Leonardo Luiz Silveira da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo em questão trata-se de uma reflexão epistemológica que aborda uma cisão tradicional da categoria paisagem: a paisagem cultural e natural. Nesta abordagem, objetiva apresentar os fundamentos epistemológicos que sustentam por um lado a paisagem semanticamente fragmentada e, por outro, a paisagem una. A estratégia discursiva passa pela apresentação da evolução diacrônica do conceito de paisagem e os contextos que guiaram rupturas paradigmáticas. Ademais, propõe uma reflexão sobre a epistemologia que sustenta a paisagem fragmentada e a una. A originalidade e relevância deste artigo residem na análise sistêmica entre epistemologias e contextos, passando pela discussão entre a dicotomia e dialética que vive entre a matéria e ideias.

**Palavras-chave:** Paisagem; Epistemologia; Dicotomia; Dialética.

### Abstract

This article is an epistemological reflection that addresses a traditional partition in the landscape category: the cultural and natural landscape. In this approach, this work aims to present the epistemological foundations that support, on the one hand, the semantically fragmented landscape and, on the other, the unified landscape. The discursive strategy involves presenting the diachronic evolution of the concept of landscape and the contexts that guided paradigmatic ruptures. Furthermore, it proposes a reflection on the epistemology that supports the fragmented and unified landscape. The originality and relevance of this article lies in the systemic analysis between epistemologies and contexts, including the discussion between the dichotomy and dialectic that lives between matter and ideas.

**Keywords:** Landscape; Epistemology; Dichotomy; Dialectic.

## Introdução

O conceito de paisagem passou por modificações paradigmáticas que acompanham a própria evolução do pensamento geográfico. Compreender a evolução do conceito de paisagem é também entender parcela expressiva da história recente da geografia. Apanágio do nosso tempo, as últimas décadas foram densas no que tange à multiplicidade de epistemologias, que colocaram em xeque tradicionais premissas. Apresenta-se como uma forma tradicional e bem consolidada no imaginário geográfico e popular a dicotomia entre

<sup>1</sup>Graduado em Geografia (UFMG), Mestre em Relações Internacionais (PUC-MG), Doutor em Geografia (PUC-MG). [leoluizbh@hotmail.com](mailto:leoluizbh@hotmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7082-529X>

a paisagem cultural e natural. Apresentamos neste artigo uma trajetória do conceito da paisagem direcionada à compreensão do deslocamento hegemônico da dicotomia cultural/natural para a dominância de uma paisagem una e dialética. O objetivo do nosso artigo é apresentar os fundamentos epistemológicos que sustentam hegemonicamente as duas concepções paisagísticas: a dicotomia tradicional entre matéria e ideias e sua dialética contemporânea. Para tanto, apresentaremos aprioristicamente os paradigmas que guiaram o conceito de paisagem em um viés predominantemente diacrônico; posteriormente, abordaremos a epistemologia que sustenta a indivisibilidade da paisagem. Esperamos, por intermédio deste percurso narrativo, posicionar as formas de leitura desta categoria geográfica em seus contextos dominantes, bem como subsidiar avaliações críticas sobre a análise discursiva de trabalhos que versam sobre a paisagem.

### **Paradigmas da Paisagem**

A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito (Maximiano, 2004). No Oriente, segundo Augustin Berque (1998), a noção de paisagem [*shanshui*] foi desenvolvida no sul da China na virada do século quatro para o cinco, período com o qual concordam Marandola e Oliveira (2018): “os primeiros registros sobre uma reflexão explícita sobre a paisagem datam do século IV na China, cerca de mil anos antes da Europa” (MARANDOLA; OLIVEIRA, 2018, p. 143).

No mundo ocidental, a pintura de paisagem surgiu antes mesmo do que a própria palavra paisagem e sua problematização. Durante a Antiguidade Clássica, os estudos que incorporavam a paisagem – sem que o termo ainda tivesse sido cunhado – faziam-se presentes com a descrição dos lugares (OLIVEIRA, 2000). Na Europa, a paisagem enquanto conceito parece ser uma invenção do Renascimento (MARANDOLA; OLIVEIRA, 2018), precisamente no final do século XV e início do XVI (COSGROVE, 1985), em um momento no qual o homem passou a ser visto como uma entidade à parte da natureza. Neste contexto, desenvolveu-se a noção da paisagem enquanto cenário (OLWIG, 2015). Claude Raffestin (1977) assegura que a paisagem não era objeto de interesse dos ocidentais até a aurora do

século XVI. É a necessidade de representação do Renascimento que ajuda a fundar a paisagem em um contexto que propõe a dicotomia entre o homem como sujeito e a natureza como objeto. A ciência moderna, que emergiu no período da Renascença e do Iluminismo, trouxe consigo a promessa de que isolando a natureza como um objeto de estudo, seria possível transformá-la e controlá-la em prol do benefício da sociedade (OLWIG, 2008).

A natureza, assim, transforma-se em uma construção cultural quando funções são atribuídas a ela<sup>2</sup> (LARSEN, 1992). A ideia da acumulação da produção advinda do trabalho, que é uma especificidade humana bastante problematizada no século XIX, ajuda a aprofundar a separação entre homem e natureza (BURGESS, 1978). Séculos antes da institucionalização da geografia enquanto disciplina acadêmica – que ocorreu no século XIX – praticantes da arte da geografia estiveram engajados em desenvolver linguagens e técnicas que pudessem capturar o que os olhos poderiam ou deveriam ver na paisagem (DRIVER, 2003).

Apenas no final do século XVIII e no início do século XIX que as transformações induzidas pela Revolução Industrial passaram a ser consideradas como devastadoras e ameaçadoras para o meio-ambiente e para a integridade da paisagem. Concomitantemente a essas transformações, o Romantismo se desenvolveu, oferecendo novas visões sobre a natureza, a paisagem e sua evolução. Foi o mesmo momento em que as primeiras legislações de conservação ambiental e paisagística surgiram (ANTROP, 2005).

As reminiscências que perpassam gerações ajudam a alimentar sentimentos que variam do medo à esperança, do ódio ao amor, que somente encontram justificativa como componentes da interpretação paisagística por intermédio de uma investigação histórica, nem sempre disponível, ao observador. Assim, por muito tempo as florestas eram vistas

---

2 A separação do homem e natureza torna-se mais evidente com o posterior processo de urbanização. De acordo com Margaret Fitzsimmons (1989), nossas considerações inconscientes de que o trabalho e vida intelectuais são urbanos ajudam a elaborar esta cisão entre homem e natureza. De acordo com a autora, a natureza como conhecemos foi inventada na diferenciação entre cidade e o espaço rural e entre o trabalho braçal e mental, além da abstração da cultura contemporânea acerca do necessário trabalho social produtivo de nossa vida material (FITZSIMMONS, 1989, p.108).

como ambientes maléficos, onde se escondiam assassinos, bruxas e diversas criaturas que somente a imaginação humana poderia conceber (SCHAMA, 2009). Estas significações passaram a ser fortalecidas pela história oral, mas também pelo sucesso de escritores que se aventuraram pelo campo da literatura.

Na pintura europeia, do renascentismo ao romantismo, mudanças no equilíbrio do enfoque do binômio homem e natureza se fizeram sentir. O interesse paisagístico na Grã-Bretanha no final do século XVIII levou a um forte culto ao pitoresco [*picturesque*]. O pitoresco não era uma simples visão sobre o espaço percebido, mas a interconexão de temas que envolviam o turismo, a arquitetura, a narrativa e a arte (WHYTE, 2002). O pitoresco tornou-se um conceito da estética que se refere à interpretação subjetiva da paisagem na pintura, fortalecendo-se durante o Romantismo.

Estes movimentos também apontam para certas respostas sociais e individuais ao *zeitgeist*. O pitoresco canalizou, no final do período georgiano na Inglaterra, discussões sobre o social, o político e questões sobre a saúde em um tempo marcado pela rápida industrialização e urbanização, ao mesmo tempo em que os ingleses estavam diante da disputa com a França revolucionária e seu apetite pela expansão territorial. No período em questão, imagens pictóricas ofereciam a divulgação de ideias que ajudavam a refletir sobre a questão da identidade nacional, em um momento em que o moderno Estado britânico estava sendo imaginado e construído (COSGROVE, 2006).

A paisagem passou a ser problematizada academicamente nos primórdios da institucionalização da Geografia enquanto saber universitário, em meados do século XIX. De acordo com Schier (2003), o conceito de paisagem foi originalmente ligado ao positivismo, tendo forte influência das escolas alemã e francesa, que apresentavam algumas diferenças conceituais e metodológicas. Estas diferenças ganharam corpo e se transformaram em linhas de estudo que acompanharam a paisagem enquanto categoria geográfica. A primeira, de maior influência alemã, apresentou caráter mais descritivo, passando a ser conhecida como método morfológico. Esta “dividiu a estrutura da unidade de observação em elementos

constituintes: as formas, que são examinadas pela sua função, origem e evolução” (SALGUEIRO, 2001, p.41), dando um enfoque menos sistêmico à interpretação da paisagem.

A segunda, de maior influência francesa, privilegiou as características de uma dada área pelas relações que envolvem os seus atributos físico-naturais e humanos, realizando uma proposta interpretativa sistêmica, que favorecia o estudo de comparação entre áreas e ampliava a congruência do sentido de paisagem e região. As divergências de método descritas ocorreram em uma época em que as disciplinas buscavam a legitimação científica. A autoridade do discurso passava pela capacidade do campo do saber propor modelos, teorias e leis, o que estaria de acordo com a cartilha do cânone científico. Nesse sentido, o exercício de comparação de áreas – possível após a construção de corografias<sup>3</sup> e estudos regionais – permitiria a percepção de padrões, continuidades e descontinuidades que dariam suporte, em tese, a elaboração de modelos, teorias e leis<sup>4</sup> (desde que não objetivassem meramente a descrição de áreas).

David Harvey (1986), em sua obra *Explanation in Geography*, argumenta que a busca por leis geográficas que mudariam o patamar de relevância da disciplina, é em vão. Lembra que, mesmo na geografia física, quando a pesquisa geográfica emprega leis, estas são oriundas de áreas como a física ou a química. Em suas palavras, “as leis quando entram nas

---

3 As corografias são trabalhos descritivos sobre as características regionais. Deram lugar paulatinamente às geografias regionais. Dada à dificuldade de se estudar os múltiplos elementos que compõem diversas porções de um determinado espaço, as corografias acabavam sendo um grande compilado de informações que eram disponíveis em diversas fontes, dando aos textos corográficos aspecto fragmentado. O famoso trabalho *Corografia Brasileira* do padre Aires de Casal, foi o primeiro livro editado no Brasil, no ano de 1817. Nele, regiões brasileiras foram descritas com alto grau de generalização, como se vê neste trecho sobre o clima da Província do Rio Grande do Sul: “O clima é temperado, participando quase igualmente do calor e do frio: o ar puro e sadio: o inverno começa em maio e acaba em outubro: o vento reina nesta estação do sudoeste e oeste, e é frígido (sic)” (AIRES DE CASAL, 1976, p.61).

4 Robert David Sack (1974) acredita que as disciplinas das ciências sociais que colocam o descobrimento de leis como primeiro objetivo perdem grande oportunidade para avançar em outros campos relevantes, devido ao fato de que, sobretudo, é muito difícil consagrar leis nesta grande área. O autor complementa: “Na ausência de leis nomotéticas confirmadas, o estabelecimento de ligações espaciais entre os fatos mostra que, pelo menos, uma condição científica necessária é atendida, pois evidencia como as coisas acontecem ao demonstrar de que modo os fatos de um possível esquema explicativo estão conectados no espaço” (SACK, 1974, p.449). Por fim, ainda completa: “A preocupação com as conexões geométricas dos fatos surge como *conditio sine qua non* do discurso geográfico” (SACK, 1974, p.449).

explicações físico-geográficas são simplesmente as leis fundamentais da física e da química aplicadas em circunstâncias geográficas” (HARVEY, 1986, p.108)<sup>5</sup>.

Nos últimos anos, no que diz respeito ao conceito de paisagem, “verifica-se uma transição de enfoque do objectivável (sic) (físico/ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/objeto)”, embora ambas as posições tenham representação (SALGUEIRO, 2001, p.44). Paul Claval assegura que a partir dos anos 1970 ocorreu uma forte guinada no sentido de se considerar a interpretação da paisagem a partir da experiência humana. Na sua visão, o indivíduo não é indiferente ao que vê, sendo influenciado pelo clima, vegetação e forças que os animam que estão diretamente associados ao seu “estado de alma” (CLAVAL, 2011). São destacados ainda como pilares de interpretação da paisagem outros sentidos além da visão, sendo cogitadas as existências de paisagens táteis, auditivas e olfativas (PORTEOUS; MASTIN, 1985; PORTEOUS 1985; TORRES; KOZEL, 2010; PISTRICK; ISNARD, 2013; TORRES, 2018; DOZENA, 2019).

A década de 1970 apresenta-se como um notório ponto de inflexão, já que a virada cultural, que foi um grande movimento intelectual interdisciplinar, proporcionou novas lentes para o conceito da cultura (Grossberg, 1989; Valentine, 2001; Corrêa e Rosendahl, 2011; Almeida, 2013), trazendo repercussões notórias para o estudo da paisagem. No campo específico da geografia, verifica-se a partir da virada cultural forte e crescente crítica à tradição saueriana (DUNCAN, 1980; 1993; LEY, 1981; COSGROVE, 1985; 1993; CLAVAL, 2001), ainda que esta tenha contado, mesmo neste contexto, com fiéis defensores (PRICE; LEWIS, 1993; HOEFLE, 2008).

---

5 No artigo *Geography, geometry, and explanation*, Sack (1972) argumenta que as leis que possuem serventia à geografia são leis que também servem a outras disciplinas, reforçando a posição de David Harvey. Neste artigo, argumenta que modelos de grande repercussão como os de Von Thünen e Christaller não são teorias *stricto sensu*. Falando sobre estes modelos, Sack argumenta: “Estas acepções são tidas como explicações. Entretanto, uma lei ou teoria, diferentemente de uma acepção de um sistema axiomático não interpretado, necessita ser empiricamente confirmado (...) (...) Na ausência de qualquer outra proposição para enquadrar estes eventos, nós os chamamos de leis, teorias, ou explicações, utilizando aspas” (SACK, 1972, p.74).

Prolifera-se, no contexto após a virada cultural, abordagens da paisagem com ênfase nos simbolismos, significados e intersubjetividade. As metáforas da paisagem se multiplicaram, em tentativas claras de romper com a exclusividade da interpretação material do espaço geográfico. Destacam-se a paisagem como texto (ROWNTREE, 1986; 1988; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990; BARNES; DUNCAN, 1992; DEMERITT, 1994), intertexto (DUNCAN; DUNCAN, 1988), biografia (MEREDITH, 1985), teatro e espetáculo (COSGROVE, 1989). As metáforas encontram críticos, como Don Mitchell (1993), que falando sobre a abordagem da paisagem como um texto, argumenta que a capacidade desta metáfora em suprimir a dicotomia entre ideias e materialidade não é meritória. Mesmo com essas críticas, verifica-se uma tendência dominante na chamada nova geografia cultural em transcender a materialidade, incluindo neste âmbito os críticos quanto aos “excessos da linguagem”, incluindo neste rol Mitchell (1995), que chegou a afirmar que a cultura não existe da forma em que as pessoas a consideram.

A dialética entre matéria e ideias, que inclui um processo de reconstrução contínua dos significados, também se manifesta no campo da intertextualidade, noção que integra um conjunto de pressupostos pós-estruturalistas (SCHLOSSER, 2018; WOODWARD, DIXON; JONES, 2009) e pós-modernistas (DEAR, 1988; 1994; WARF, 1990; EAGLETON, 1998; ANDERSON, 1999; LEMOS, 1999; CORRÊA, 2000; MINCA, 2009). O pós-estruturalismo e o pós-modernismo se alimentaram, além das rupturas propostas pela virada cultural, com as especificidades da virada linguística (BURGESS, 1996), que foi marcada por novos paradigmas especificamente da linguagem e que acompanharam a movimentação mais ampla da virada cultural. Dentro do pós-estruturalismo, passaram a conceber o intertexto como um campo relacional que serve à produção de novos contextos. Entre o ato de ler e escrever, significados são desestabilizados e restabilizados novamente.

Assim, os significados não podem ser entendidos como fixos. Ao contrário, estão sempre em processo, esperando a sua desconstrução.



A dialética entre homem e meio natural apresenta-se, para Augustin Berque (2012; 2017), como base da leitura da paisagem. Por meio dos neologismos geogramas e trajeção, Berque propõe a transcendência da materialidade e da objetividade na análise geográfica. Este tipo de abordagem representa um rompimento com as noções dominantes da paisagem do início do século XX, ajudando-nos a compreender que não faz sentido uma paisagem dialeticamente concebida apresentar-se semanticamente fragmentada, como ocorre com a tradicional divisão entre a paisagem cultural e natural.

É importante observar que, o campo chamado de avaliação das paisagens (*landscape evaluation*), bastante influenciado pelo imediatismo da implementação das políticas públicas, prolongou no interior de sua abordagem uma visão objetiva e ora quantitativa da percepção paisagística (APPLETON, 1975; 1994; PENNING-ROWSELL, 1975; 1982; CROFTS, 1975; ZUBE, SELL; TAYLOR, 1982; NIEMANN, 1986; SWANWICK, 1989; COSGROVE, 1990; MANNING, 1995; LOWENTHAL, 2007), ignorando solenemente as novas epistemologias que brotavam *pari passu* à sua evolução.

### **A Indivisibilidade da Paisagem**

Podemos nos referir a uma abordagem predominantemente positivista da paisagem no século XIX e início do XX, bem como aludir a uma paisagem hegemonicamente neopositivista nas décadas de 1950-1960. A apropriação do termo paisagem pelas ciências exatas e positivistas lhe impôs uma restrição: impediu-se que o termo abarcasse, ao mesmo tempo, o sujeito – o observador – e o objeto. Mesmo quando se considera o uso da expressão “meio ambiente” como uma tentativa de equivalência à paisagem, continua a se considerar apenas o suporte físico e os objetos ou traços que o identificam. Nesta abordagem, ao homem é reservado o papel de mero espectador (HOLZER, 1997). Quando se utiliza a expressão paisagem natural se imagina a percepção de uma paisagem em que a presença do homem não se faz notada. Por “presença” podemos considerar a ocupação humana daquele espaço (ecúmenos) ou mesmo a instalação de estruturas que servem apenas para monitoramento remoto. Ainda assim, cabe problematizarmos a própria ideia



sobre o que é ser natural, visto que a palavra natureza exhibe vasto universo semântico (DEMERRITT, 2002).

Analisada do ponto de vista ecológico, com despreocupação sobre as questões de escala – o que pode comprometer a participação dos sentidos do homem na percepção do espaço – a paisagem natural serve, inter alia, como uma expressão de militância ecológica. Abordagens sombrias sobre desastres ambientais de causas antropogênicas (DAVIS, 2001) e até mesmo analogias dantescas do planeta reagindo contra a agressão sofrida pelo homem como em A Vingança de Gaia (LOVELOCK, 2006 e 2010), despertam consciências que encontram nas ONGs ambientais um catalisador de sua energia militante. Pari passu a estas abordagens encontram-se ainda àquelas mais racionalizadas, que buscam contribuir para a mediação política, como o famoso documentário Uma Verdade Inconveniente proposto por Al Gore ou mesmo Anthony Giddens em obra intitulada A política da mudança climática (GIDDENS, 2010).

Neste contexto, a expressão paisagem natural chama a atenção para áreas não perturbadas pela presença humana e que apresentariam formas de vida frágeis, endêmicas e supostamente intocadas . Assim, uma paisagem natural poderia abranger parcela expressiva da Antártica (excluindo os pequenos complexos de estações de pesquisa como Vostok, Amudsen-Scott e Comandante Ferraz), as partes mais isoladas da Amazônia, as porções mais elevadas das grandes cadeias de Montanha ou mesmo as pequenas ilhas remanescentes da Mata Atlântica brasileira . Gareth Roberts (1994) argumenta que os impactos da ação antrópica na superfície do planeta atingiram um patamar tão expressivo que a paisagem cultural é melhor entendida se nos referirmos justamente à sua antítese: a paisagem intocada, prístina e, portanto, inexplorada. Nos exemplos geralmente utilizados como referências de paisagens naturais, a diversidade das escalas espaciais se destaca, colocando em xeque a capacidade destas “paisagens” serem também construídas por experiências sensoriais. A iniciativa de denominação de uma paisagem como natural evidencia a própria história da evolução da relação entre o homem e a natureza: se existem

paisagens naturais e não naturais, temos então consolidada no imaginário coletivo que o homem não pertence à natureza, cisão que só foi possível após o domínio da agricultura e a fundação das primeiras cidades, que se constituem como expressões máximas do rompimento com o nomadismo e marca indelével da modernidade.

Na língua alemã, existem três termos para esta problemática envolvendo tipologias paisagísticas: o primeiro é *Naturlandschaft*, que se refere à paisagem natural, englobando as formas do terreno (aspectos geomorfológicos) e a cobertura vegetal; o segundo é *Kulturlandschaft*, que seria o resultado da transformação da paisagem natural por intermédio da ocupação humana, formando uma paisagem cultural; e, por último, o termo *Urlandschaft*, que significaria uma paisagem primitiva, com sua cobertura vegetal natural, anterior à ocupação humana e qualquer interferência de ordem antrópica (Dickinson, 1939). A diferença entre o primeiro e o terceiro termo é sutil: o terceiro exige intocabilidade, enquanto que o primeiro não necessariamente.

Para além destas cisões na forma de conceber a paisagem, é notório que o afastamento do homem frente à natureza permitiu nada menos do que a apropriação imaginativa da mesma: como fonte de recursos, como área de reserva, como território tampão, como espaço hospedeiro de cosmologias e acolhedor dos mitos e das lendas. A própria ideia de natureza é muito variável, tanto no tempo quanto no espaço. Convicto, Tim Ingold (1993) assevera que paisagem não é natureza. Sua convicção reside na separação que faz entre, de um lado, o homem e sua percepção e, de outro, o mundo. Na mesma linha de abordagem e com a erudição que lhe é peculiar, assim traz Simon Schama no seu clássico *Paisagem e Memória* quanto à construção cultural do que é natural:

(...) a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. Foi uma lei do Congresso, em 1864, que designou Yosemite Valley como o lugar do significado sagrado para a nação, durante a guerra que assinalou o momento da Queda no Jardim Americano. Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores da Nova Inglaterra como Thomas Starr King, fotógrafos como Leander Weed, Edward Muybridge e Carleton Watkins, pintores que usam tintas como Bierstadt e Thomas Moran e pintores que usam palavras como John Muir para representa-la como o parque sagrado do Oeste (...).

(...) A topografia do local, estranhamente sobrenatural, com prados reluzentes atapetando o vale até as escarpas de Cathedral Rock, o rio Merced serpenteando pelo capinzal, presta-se muitíssimo bem a essa visão de um paraíso terrestre democrático. E o fato de os visitantes terem que descer para o fundo do vale só acentua a sensação religiosa de estarem entrando em um santuário (SCHAMA, 2009, p.17).

Uma natureza que não demarca e não venera a si mesma só pode ser construída socialmente. Assim como o deslocamento entre o homem e a natureza também o foi ao longo do percurso histórico da própria humanidade. A expressão paisagem cultural, considerando este âmbito, trata-se de um pleonasma. O que chamamos de paisagem é a paisagem cultural: não é completamente artificial, mas é o resultado de interações entre o meio ambiente – incluindo o comportamento de plantas e animais – e as atividades humanas (RACKHAM, 1991). As paisagens ditas não humanizadas ou intocadas são, frequentemente, poderosos símbolos (COSGROVE, 2012). Enquanto símbolos são tão apropriadas simbolicamente pelo homem do que outras paisagens.

Em seu modelo acerca da produção da paisagem, Carl Sauer (2008) teve o cuidado de afirmar que as abordagens fenomenológicas aplicadas à Geografia fazem com que não haja lugar para o dualismo natural versus cultural que está presente na discussão sobre paisagem. Ingold (1993), por sua vez, propõe ver a paisagem por meio de um neologismo: paisagem das tarefas (taskscapes), permitindo-nos pensar que, fora da dimensão humana, não faz sentido pensarmos na paisagem. Dialeticamente e desmitificando a separação homem e ambiente, Bárbara Bender propõe que “as intervenções humanas não são realizadas apenas para ou na paisagem, mas com a paisagem, sendo que o que é feito interfere naquilo que pode ser feito” (BENDER, 2010, p.104). Lionella Scazzosi (2004) acrescenta que qualquer porção do espaço pode ser lida a partir dos pontos de vista cultural, natural e ambiental; isolar estes pontos de vista é impossível. Por isso, “não faz sentido, teoricamente, distinguir paisagens culturais (e também históricas, antrópicas, etc) das paisagens naturais” (SCAZZOSI, 2004, p.338).

Fora do escopo de preocupações da militância ambiental, não faz sentido a existência de uma paisagem natural, pois, à guisa de conclusão:

- A suposta paisagem natural teria em sua “natureza intocada”, uma forte apropriação simbólica que a tornaria tão humana quanto qualquer outra porção do espaço, banalizando a ideia purista de um excepcionalismo ambiental, à medida que o caráter da paisagem é excepcional por definição, segundo uma linha baseada na experiência humana como suporte da percepção paisagística;
- A paisagem é justamente o palco dialético da interação entre o homem e a natureza. A materialidade e a imaterialidade da paisagem, assim como a objetividade e a subjetividade entremeiam-se indissociavelmente, criando constrangimentos para aqueles que ousam apartar xipófagos tão complexos.

Não é de se estranhar que existam fortes termos concorrentes à ideia de paisagem natural. Biomas, geossistemas e conjuntos morfoclimáticos tem tido certa representação e evitam as reflexões espinhosas que permeiam a palavra paisagem. Não significa, todavia, que o sentido da paisagem para a pesquisa em geografia física apresente-se, em todos os seus elementos, como uma antítese à abordagem da geografia humana. É de se destacar a multiplicidade de abordagens das geografias físicas e humanas, ao mesmo tempo que lembramos, com ênfase, a existência daqueles geógrafos que defendem o sentido unitário da disciplina. Holzer (2004), em um artigo em que aborda parcela da obra de Augustin Berque, lembra que este autor francês argumentou que as ciências naturais estudam a paisagem como morfologia do ambiente, o que se enquadra, de certa maneira, como certos estudos de geografia humana, como, por exemplo, trabalhos de geografia cultural que ficaram marcados pelo materialismo de sua abordagem.

A abordagem exclusivamente material da paisagem, que é uma marca de parcela importante dos estudos geográficos voltados para as questões ambientais, abalroa nas concepções conflituosas que envolvem o antagonismo entre a percepção cultural da natureza e o conceito objetivo da função ecológica. Aquilo que parece uma natureza bela e aprazível pode se constituir como um antigo aterro poluído, enquanto que aquilo que aprioristicamente pode se apresentar como o retrato de um negligente abandono, pode se constituir como um rico ecossistema. “A distinção entre a função ecológica e as percepções culturais da natureza é inegável. Por exemplo, ao mesmo tempo em que os residentes suburbanos de Minnesota valorizam o canto dos pássaros, desvalorizam o habitat

amadeirado que tais pássaros requerem” (NASSAUER, 1995, p.234). Estas valorizações, quando avaliadas de forma cruzada, mostram algumas vezes assimetrias e irracionalidades, que, por sua vez, aludem ao descompasso entre cultura e ciência. É importante destacar que a percepção cultural da natureza não é errada, ela é o que é. Em outras palavras, a incongruência com a racionalidade científica faz parte de suas manifestações.

A abordagem cultural da paisagem, dentre as quais podemos citar a realizada pela geografia humanista e por outras correntes que se desenvolveram após a virada cultural, é a antítese da materialidade e objetividade que marcam os pressupostos da ecologia da paisagem. Estas abordagens culturais que rompem com pressupostos da escola saueriana, resgatam a subjetividade outrora obliterada pela ascensão da geografia teórico-quantitativa dos anos 1950. A nova perspectiva cultural aplicada à paisagem a distancia do universo semântico da categoria região, colidindo com o sentido carregado por outra categoria: o lugar.

Acreditamos em uma abordagem na qual a paisagem constitui-se como um mosaico de estruturas físicas arranjadas num conjunto similarmente dinâmico de imagens culturais e representações (CARVALHO, 2017) que é palco de um processo de produção/reprodução cultural expressa de forma intersubjetiva por aqueles que a apreciam. Esta perspectiva é um chamado à colaboração interdisciplinar entre as diversas subáreas geográficas, à medida que a materialidade e a imaterialidade são componentes constituintes da paisagem. Desta forma, rejeitamos abraçar convicções direcionadas para abordagens exclusivamente imateriais da paisagem, como se as ideias substituíssem por completo o plano da materialidade. Assim, concordamos com Tim Ingold que anuncia: “eu rejeito a divisão entre mundo interior e exterior – e respectivamente entre mente e matéria, significado e substância” e ainda salienta: “e por intermédio da vida na paisagem, ela se torna parte de nós, assim como nós nos tornamos parte dela” (INGOLD, 1993, p.154).

## Considerações Finais

A paisagem, em uma concepção pautada nos pressupostos pós-irada cultural, rompe com a abordagem estritamente material de sua descrição, que a aproximava do sentido da *landschaft* alemã. Ao mesmo tempo, corre-se o perigo do radicalismo contra a materialidade levar ao entendimento da realidade como se ela fosse somente composta de ideias, desprovida de materialidade. Transcender a matéria não significa desconsiderar sua existência e seus efeitos sobre o mundo que vivemos. Diferentemente, esta transcendência representa a crença em uma dialética envolvendo o mundo das ideias e da matéria, de tal forma que o espaço e, mais detidamente, a paisagem, passam a ser lidos dentro desta perspectiva.

A dialética proposta é a antítese da tradicional dicotomia entre a paisagem natural e a paisagem cultural. Toda paisagem é natural e cultural a partir dos âmbitos material e simbólico. À medida que esta noção se dissemina e ganha adeptos, novas palavras surgem para preencher a lacuna da paisagem natural, como biomas, geossistemas e conjuntos morfoclimáticos. Estas palavras aproximam-se semanticamente do papel executado pela expressão paisagem natural, fazendo com que as mesmas possam também ser entendidas como região.

O positivismo e o neopositivismo sustentavam a materialidade da paisagem e a cisão entre a paisagem cultural e natural. As críticas aos seus pressupostos é uma crítica à própria cisão da paisagem. A indivisibilidade da paisagem não é o único caminho da análise geográfica, assim como o (neo)positivismo ainda vive. Apesar de rechaçarmos a divisão entre matéria e ideias, como Ingold (1993), Berque (2012; 2017), Cosgrove (1990) e tantos outros, a relevância da discussão aqui proposta é justamente apresentar os pilares que sustentam de um lado, a paisagem semanticamente fragmentada e, de outro, o sentido da paisagem indivisível. Este entendimento nos permite posicionar-nos em um melhor ângulo durante o ato da análise discursiva de outrem.

## Referências

- AIRES DE CASAL, M. **Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Livraria Itatiaia Editora, 1976.
- ALMEIDA, M. G. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia cultural. **Revista da ANPEGE**, v.9, n.11, p.41-50, jan./jun., 2013.
- ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANTROP, M. **Why landscapes of the past are important for the future**. *Landscape and urban planning*, n.70, p.21-34, 2005.
- APPLETON, J. **Landscape evaluation: the theoretical vacuum**. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n.66, nov., p.120-123, 1975.
- APPLETON, J. Running before we can walk: are we ready to map “beauty”? **Landscape Research**, v.19, n.3, p.112-119, 1994.
- BARNES, T. J; DUNCAN, J. S. **Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape**. London and New York: Routledge, 1992.
- BENDER, B. Time and landscape. **Current Anthropology**, v.43, aug-oct, p.103-112, 2002.
- BERQUE, A. Landscape and Immanence. **Thesis Eleven**, n.54, august, p.106-116, 1998.
- BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.
- BERQUE, A. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017.
- BURGESS, J. Editorial. **Landscape Research**, v.21, n.1, p.5-12, 1996.
- BURGESS, R. The concept of nature in Geography and Marxism. **Antipode**, v.10, n.2, p.1-11, 1978.
- CARVALHO, J. L. Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.87-97, 2017.
- CLAVAL, P. The cultural approach and geography – the perspective of communication. *Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography*, v.55, n.3, p.126-137, 2001.
- CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2011.



CORRÊA, M. M. S. A pós-modernidade e as atuais orientações da geografia humana. **Boletim Goiano de Geografia**, v.20, n.1-2, p.43-76, jan/dez, 2000.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Sobre Carl Sauer: uma introdução. (in) CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

COSGROVE, D. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new Series, v.10, n.1, p.45-62, 1985.

COSGROVE, D. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. **Progress in Human Geography**, v.13, i.4, p.566-575, December, 1989.

COSGROVE, D. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v.15, n.3, p.1-6, 1990.

COSGROVE, D. On “the reinvention of Cultural Geography” by Price and Lewis. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.515-517, 1993.

COSGROVE, D. Modernity, Community and the Landscape Idea. **Journal of Material Culture**, v.11, n.49, p.49-66, 2006.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. (in): ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Volume I. Rio de Janeiro: EDUERJ, p.219-237, 2012.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. **New Directions in Cultural Geography**. Area, vol.19, n.2, jun, p.95-101, 1987.

CROFTS, R. S. The Landscape Component Approach to Landscape Evaluation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n.66, November, p.124-129, 1975.

DAVIS, M. **Ecologia do Medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DEAR, M. The Postmodern Challenge: Reconstructing Human Geography. **Transactions of British Geographers**, new series, v.13, n.3, p.262-274, 1988.

DEAR, M. Postmodern Human Geography: A Preliminary Assessment. **Erdkunde**, v.48, n.1, p.2-13, march, 1994.

DEMERRITT, D. The nature of metaphors in cultural geography and environmental history. **Progress in Human Geography**, v.18, i.2, p.163-185, 1994a.

DEMERRITT, D. Ecology, objectivity and critique in writings on nature and human societies. **Journal of Historical Geography**, v.20, n.1, p.22-37, 1994b.

- DEMERRIT, D. What is the “social construction of nature? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v.26, i.6, p.767-790, 2002.
- DICKINSON, R. E. Landscape and society. **Scottish Geographical Magazine**, v.55, n.1, p.1-15, 1939.
- DOZENA, A. Os sons como linguagens espaciais. **Espaço e Cultura**, n.45, p.31-42, 2019.
- DRIVER, F. On Geography as a Visual Discipline. **Antipode**, v.35, i.2, p.227-231, march, 2003.
- DUNCAN, J. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n.2, june, p.181-198, 1980.
- DUNCAN, J. Commentary. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.517-519, 1993.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FITZSIMMONS, M. The matter of nature. **Antipode**, v.21, n.2, p.106-120, 1989.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GROSSBERG, L. The Circulation of Cultural Studies. **Review and Criticism**, v.6, n.4, p.413-421, 1989.
- HARVEY, D. **Explanation in Geography**. Bristol: Edward Arnold, 1986.
- HOEFLE, S W. Debates recentes na geografia Cultural anglo-americana: uma apreciação antropológica e filosófica. **Espaço e Cultura**, Edição comemorativa, p.123-135, 2008.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Revista Território**, Ano II, n.3, jul/dez, p.77 a 85, 1997.
- HOLZER, W. Agustin Berque: Um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, UERJ, n.17-18, p.55-63, jan/dez de 2004.
- INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.
- LARSEN, S. E. Is nature really natural? **Landscape Research**, v.17, n.3, p.116-122, 1992.
- LEMOS, A. I. G. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. **Geosp**, v.3, n.1, p.27-39, 1999.
- LEY, D. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.5, i.2, p.249-257, 1981.
- LOVELOCK, J. **A Vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

- LOVELOCK, J. **Gaia**: Alerta Final. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- LOWENTHAL, D. Living with and looking at landscape. **Landscape Research**, v.32, n.5, p.635-656, 2007.
- MANNING, O. D. Landscapes Revisited: a note on the methodology of criticism. **Landscape Research**, v.20, n.2, p.77-86, 1995.
- MARANDOLA, H. L.; OLIVEIRA, L. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem. **Geograficidade**, v.8, n.2, inverno, 2018.
- MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA 'E GA**, n.8, p.83-91, 2004.
- MEREDITH, T. The upper Columbia valley, 1900-1920: an assessment of “boosterism” and the “biography of landscape”. **Canadian Geographer**, n.29, p.44-55, 1985.
- MINCA, C. Postmodernism/Postmodern Geography. (in) KITCHIN, Rob, THRIFT, Nigel. **Encyclopedia of Human Geography**. Elsevier, Amsterdam, 2009.
- MITCHELL, D. Book review of Writing Worlds. **Professional Geographer**, v.45, i.4, p.474-475, 1993.
- MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.
- NAVEH, Z. Interactions of landscapes and cultures. **Landscape and Urban Planning**, v.32, p.43-54, 1995.
- NASSAUER, J. I. Culture and changing landscape structure. **Landscape Ecology**, v.10, n.4, p.229-237, 1995.
- NIEMANN, E. Polyfunctional landscape evaluation – aims and methods. **Landscape and Urban Planning**, v.13, p.135-151, 1986.
- OLIVEIRA, L. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. **Geografia**, v.25, n.2, p.5-22, 2000.
- OLWIG, K. R. Has “geography” always been modern?: choros, (non)representation, performance, and the landscape. **Environmental and Planning A**, v.40, p.1843-1861, 2008.
- OLWIG, K. R. Nationalist heritage, sublime affect and the anomalous Icelandic landscape concept. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, v.69, n.5, p.277-287, 2015.

- PENNING-ROWSELL, E. C. Constraints on the application of landscapes evaluations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n.66, November, p.149-155, 1975.
- PENNING-ROWSELL, E. C. A public preference evaluation of landscape quality. *Regional Studies*, v.16, i.2, p.97-112, 1982.
- PISTRICK, E.; ISNART, C. Landscapes, soundscapes, mindscapes: introduction. **Etnográfica**, v.17, n.3, p.503-513, outubro, 2013.
- PORTEOUS, J. Douglas; MASTIN, F. J. Soundscape. **Journal of Architectural and Planning Research**, Vol. 2, Number 3, p.169-186, 1985.
- PORTEOUS, J. Douglas. Smellscape. **Progress in Human Geography**, Number 9, p.356-378, 1985.
- PRICE, M.; LEWIS, M. The Reinvention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.1, p.1-17, 1993a.
- RACKHAM, O. Landscape and the Conservation of Meaning. **RSA Journal**, v.139, n.5414, p.903-915, January, 1991.
- RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, v.21, n.53-54, p.123-134, 1977.
- ROBERTS, G. The cultural landscape. **Landscape Research**, v.19, n.3, p.133-136, 1994.
- ROWNTREE, L. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.10, n.4, p.580-586, 1986.
- ROWNTREE, L. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.12, n.4, p.575-586, 1988.
- SACK, R. D. Geography, Geometry and Explanation. **Annals of the Association of American Geographers**, v.62, i.1, p.61-78, 1972.
- SACK, R D. Chorology and Spatial Analysis. **Annals of the Association of American Geographers**, v.64, i.3, p.439-452, September, 1974.
- SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. Lisboa: **Finisterra**, número 72, p.37-53, 2001.
- SAUER, C. The morphology of landscape. (in): OAKES, T. S; PRICE, P. L (eds). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008.
- SCAZZOSI, L. Reading and assessing the landscape as cultural and historical heritage. **Landscape Research**, v.29, n.4, p.335-355, 2004.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. Curitiba: **RA'EGA**, número 7, p.79-85, 2003.

SCHLOSSER, K. Intertextuality and Psychic Space. **Literary Geographies**, v.4, n.1, p.24-28, 2018.

SWANWICK, C. People, nature and landscape: a research review. **Landscape Research**, v.14, n.3, p.3-7, 1989.

TORRES, M. A. Os sons da paisagem: entre conceitos, contextos e composições. **Geograficidade**, v.8, número especial, p.141-154, primavera, 2018.

TORRES, M. A.; KOZEL, S. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aos estudos culturais em Geografia. Curitiba, **RA'E GA**, n.20, p.123-132, 2010.

VALENTINE, G. Whatever happened to the social? Reflections on the "cultural turn" in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, v.55, p.166-172, 2001.

WARF, B. Can the region survive post-modernism? **Urban Geography**, v.11, n.6, p.586-593, 1990.

WHYTE, I. D. **Landscape and history since 1500**. London: Reaktion Books, 2002.

WOODWARD, K; DIXON, D. P; JONES, J. P. Poststructuralism/Poststructuralist Geographies. (in) KITCHIN R; THRIFT N. (eds). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, v.8, p.396-407, 2009.

ZUBE, E. H.; SELL, J. L.; TAYLOR, J. G. Landscape perception: research, application and theory. **Landscape Planning**, n.9, p.1-33, 1982.